

INCIDÊNCIA DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC) NOS JORNAIS O GLOBO E O ESTADO DE SÃO PAULO: REBELIÕES DE 2001 E 2006.

VINÍCIUS PEREIRA DE FIGUEIREDO¹

RESUMO

Buscando compreender de que forma os veículos de mídia se relacionam com sujeitos da segurança pública, o seguinte trabalho, trouxe um levantamento sobre a menção do termo PCC dentro de dois jornais nacionais (O Globo e Estadão), e os relacionou com levantamentos sobre o mercado de segurança privada do estado de São Paulo. Delimitando a pesquisa, nos períodos das rebeliões de 2001 e 2006. Para isso, organizou-se, apresentando inicialmente uma breve introdução que tem como intenção contextualizar o Primeiro Comando da Capital e o seu processo histórico de formação, onde são apresentados os fatos cruciais para a compreensão do que a pesquisa produziu, seguida de sua metodologia, onde discute-se a forma como foi feito este trabalho de forma detalhada, apontando os referenciais teóricos utilizados, e por fim, as conclusões, onde apresenta-se o que pôde ser inferido a partir das discussões e as devidas ressalvas, ao projeto.

PALAVRAS-CHAVE

Primeiro Comando da Capital; Mídia; Segurança Privada; Sensacionalismo.

¹ - UNESP

ABSTRACT

Seeking to understand how media vehicles relate to public security subjects, this study presents a survey on the mention of the term PCC in two Brazilian newspapers (O Globo and Estadão) and relates these findings to research on the private security market in the state of São Paulo. The research is delimited to the periods of the 2001 and 2006 rebellions. To achieve this, the study is structured as follows: it begins with a brief introduction aimed at contextualizing the Primeiro Comando da Capital and its historical formation process, highlighting crucial events for understanding the research findings. This is followed by a methodology section, which details how the study was conducted and outlines the theoretical references used. Finally, the conclusions present the inferences drawn from the discussions, along with the necessary considerations regarding the project.

Keywords

Primeiro Comando da Capital; Media; Private Security; Sensationalism.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado, é resultado da pesquisa de iniciação científica (Pibic) realizada no período de um ano, em 2022, que teve como objetivo analisar a relação entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o mercado da segurança privada, a partir da mediação de veículos de mídia. Para a conclusão do objetivo se fez necessário a realização de um levantamento sobre a repercussão do grupo nos jornais O Globo e O Estado de São Paulo (Estadão) junto a um levantamento bibliográfico acerca do mercado de segurança privada nos períodos delimitados para a pesquisa (meados dos anos 2000 até 2010). Para isso, utilizou-se como referencial teórico, os principais autores da área, a saber Adorno (2007, 2010), Dias (2009), Feltran (2012) e demais autores pertinentes à discussão.

Este trabalho surge da necessidade de discutir a influência de um dos principais espinhos da segurança pública brasileira, o Primeiro Comando da Capital, com seu surgimento em 1993, em resposta ao massacre do Carandiru, em 1992. Na ocasião, o massacre trouxe à tona a discussão dos direitos humanos e da

situação da população carcerária para o senso comum, devido a sua grande repercussão e noticiamento, causou um

grande impacto nessa população, assim como na segurança pública, de forma ampla. Esta Influência não se limitou apenas ao impacto na mídia, mas também deu voz ao discurso dos fundadores do Primeiro Comando da Capital.

Segundo Manso e Dias (2018) o massacre do Carandiru foi um marco para a organização do Primeiro Comando da Capital, que incorporou em sua prática o discurso de paz e união entre a massa carcerária contra o Estado e a polícia, ato que se consolida no 13º artigo do Estatuto de Fundação do PCC.

Temos que permanecer unidos e organizados para evitar que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a prática carcerária desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões (Manso e Dias, 2017, p. 12).

Embora com a fundação em 1993, o Primeiro Comando da Capital (PCC) permaneceu relegado dentro da discussão da segurança pública em seus anos de consolidação, sendo apenas em 2001, com a organização e execução da primeira rebelião² que se colocaria dentro do debate público, em grande parte pela reprodução de seus feitos nos noticiários.

Em 2001, o Primeiro Comando da Capital, executou coordenadamente rebeliões em 29 unidades prisionais com o auxílio de celulares e centrais telefônicas mantidas clandestinamente (Adorno e Salla, 2007). Na ocasião, buscando evitar um novo massacre como o de 1992, no Carandiru, foram feitas de refém mais de 10 mil pessoas que visitavam as unidades prisionais por todo o estado de São Paulo, com o grande número de reféns e com a repercussão das ações, o PCC deixa de ser mantido no sigilo (Feltran, 2018). Com ampla repercussão, não só nacional, como será demonstrado mais à frente, mas também internacionalmente, referenciado em diversos veículos internacionais como *Le Monde*, *El*

² - Usaremos também aqui o termo “megarrebelião” com referência as rebeliões de 2001 e 2006. O uso do termo serve para destacar o fato de ter ocorrido em mais de uma unidade prisional e de forma coordenada.

País, BBC, *The New York Times* e o *Washington Post*, o PCC se consolida como a força principal da criminalidade no estado de São Paulo, conquistando seu reconhecimento.

Diante da grande repercussão dada na primeira megarrebelião, o governo brasileiro e o estado de São Paulo não conseguiram lidar de forma precisa com a consolidação da facção, de modo que, findaram decisões equivocadas que difundiram o grupo do estado de São Paulo para o âmbito nacional. Inicialmente, optou-se como medida a transferência dos membros apontados como mandantes, entre estes, José Márcio Felício (Geleião) e César Augusto Roris da Silva (Cesinha), juntos de 21 outros presos. As transferências foram realizadas para outros estados da federação, como para o Paraná, onde posteriormente devolveria as lideranças para São Paulo. (Manso e Dias, 2018). Além das transferências foi incorporado o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) uma nova forma de punição que aumentou o isolamento dos presos e retirou parte de seus direitos em relação aos da prisão comum, tornando-os também mais suscetíveis a torturas e violências pelos agentes penitenciários. No entanto, como adiantado, estas medidas equivocadas por parte do governo acabaram por diluir o poder do PCC para além do estado de São Paulo, com as lideranças em território novo, houve um período de expansão que somados às reivindicações por direitos e contra o RDD, culminaria no novo levante em 2006 (Manso e Dias, 2018). Assim as consequências da má gestão da segurança pública foram evidenciadas com a segunda megarrebelião, em maio de 2006, onde 74 unidades prisionais em seis estados diferentes se rebelaram simultaneamente, no entanto, diferente de 2001, em 2006 houveram ações do PCC fora das unidades prisionais, como assassinatos e sequestros na rua, ou seja fora do espaço onde afirmavam que o grupo se restringia.

A formação e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) é de suma importância para o embasamento do levantamento feito na pesquisa, de modo que entender seu contexto permite uma maior facilidade na análise dos dados, assim como na sua interpretação. A pesquisa, busca não só evidenciar o papel crucial da mídia na popularização do PCC, como através das análises e os dados levantados mapear de que forma e em que intensidade os veículos de mídia (O Globo e Estadão) participaram da divulgação dos atos de 2001 e 2006.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui descrita organizou-se a partir do levantamento bibliográfico e de dados. Na primeira parte, foram usados principalmente os textos referenciados ao final deste trabalho com a intenção de embasar a análise dos dados. Sendo o processo mais complexo do desenvolvimento do trabalho, inicialmente ressalta-se a escolha dos jornais e dos eventos cobertos. A escolha se deu pela relevância, com o Estadão sendo um dos principais jornais do Estado de São Paulo, mesmo estado de onde o Primeiro Comando da Capital (PCC) tem sua origem e o Globo, com sede no Rio de Janeiro. Levando em conta assim, dois jornais de circulação nacional, porém, situados em Estados diferentes, para verificar se houve diferença na cobertura dos fatos. A busca foi feita através dos acervos digitais com o período de 1 ano, a partir da data de cada megarebelião, ou seja, de fevereiro de 2001 a fevereiro de 2002 e de maio de 2006 a maio de 2007, cobrindo separadamente o período nos dois jornais diferentes.

A escolha dos eventos das megarebeliões se deu pelo entendimento tanto na elaboração da pesquisa como pela literatura de serem marcos dentro da trajetória histórica do Primeiro Comando da Capital. Houve ainda, dentro dos acervos a necessidade de filtrar o conteúdo, optando pelo termo “PCC”, sigla do Primeiro Comando da Capital para efetuar a busca, mesmo que comumente mencionados os apelidos da facção nos jornais, esses não se referem ao grupo sem seu nome reconhecido oficialmente. Nos acervos levou-se em conta também apenas as edições nacionais e definitivas, as últimas divulgadas no dia, assim como apenas os cadernos principais dos jornais, não levando em conta artigos de opinião, colunas e charges. Com o filtro estabelecido, o trabalho verificou a incidência do termo PCC em dois momentos, na capa dos jornais e também nos cadernos internos. Ressalta-se essa distinção, pois entende-se que a posição que o nosso objeto ocupa no jornal influencia no seu destaque. Ademais, o grande volume de notícias fez com que fosse necessário um recorte, priorizando-as capas, embora também, foram analisadas notícias que ocuparam pelo menos três dias consecutivos dos jornais, mesmo na sua parte interna, levando em conta sua repetição entende-se que poderiam apresentar relevância.

DADOS LEVANTADOS

Deste modo, o trabalho debruçou-se principalmente no levantamento de dados, assim com fins didáticos, para construir os resultados que serão apresentados. Foi trazido seus frutos a partir da investigação nos jornais e nos períodos determinados de forma visual, nas tabelas seguintes.

TABELA 1 - INCIDÊNCIA DO TERMO “PCC” NO JORNAL O GLOBO DE FEVEREIRO DE 2001 A FEVEREIRO DE 2002.

Mês/Ano	Interno	Capa	Ambos
fev./2001	7	2	9
mar./2001	7	0	7
abr./2001	7	1	8
mai./2001	4	0	4
jun./2001	8	0	8
jul./2001	4	1	5
ago./2001	1	0	1
set./2001	4	0	4
out./2001	0	0	0
nov./2001	1	0	1
dez./2001	0	1	1
jan./2002	4	0	4
fev./2002	0	0	0
Total	47	5	52

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Observa-se na primeira tabela apresentada, referenciando o jornal o Globo no período da primeira megarrebelião, a presença de cinquenta e duas notícias (52) onde quase todas estão presentes no caderno interno (47), destacando-se apenas cinco (5) notícias na capa do jornal, duas (2) no mês da rebelião e as outras três (3) posteriores. São essas: Presos tomam 24 cadeias de SP e milhares de reféns, no dia 19/02; Advogado de traficante é preso em SP, no dia 24/02; PCC se vinga organizando sequestro, no dia 19/04; FH quer criar tropa de PM anti-

motim, no dia 28/07 e Capturado bando de São Paulo que ia resgatar presos do PCC no Rio, no dia 08/12, todas as notícias no ano de 2001. Destaca-se a ampla cobertura do sequestro de Eulália, filha de José Ismael Pedrosa, ex-diretor da Casa de Custódia de Taubaté (Piranhão), presídio de onde se originou o Primeiro Comando da Capital, acompanhada de notícias nos cadernos internos do dia 18 ao 24 de abril.

Verifica-se uma considerável diferença nos assuntos abordados com o jornal retratando apenas dois eventos diretamente e de grande impacto relacionados ao Primeiro Comando da Capital, a megarrebelião e o sequestro, com outras notícias envolvendo indiretamente o grupo, ou parte do seu cotidiano.

TABELA 2 - INCIDÊNCIA DO TERMO “PCC” NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO DE FEVEREIRO DE 2001 A FEVEREIRO DE 2002.

Mês/Ano	Interno	Capa	Amos
fev./2001	4	9	13
mar./2001	16	3	19
abr./2001	14	2	16
mai./2001	8	2	10
jun./2001	14	2	16
jul./2001	17	2	19
ago./2001	10	0	10
set./2001	5	0	5
out./2001	4	0	4
nov./2001	3	0	3
dez./2001	3	0	3
jan./2002	2	0	2
fev./2002	3	0	3
Total	103	20	123

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Comparando o mesmo período, agora no Estadão, destaca-se de 2001 a 2002 a menção ao PCC em três notícias pré-rebelião e após a data da mesma

nos cadernos internos mostrando já haver algum conhecimento sobre o grupo pelo jornal e posteriormente uma cobertura massiva dos ataques relacionados a megarebelião, contabilizando treze (13) notícias no mês de maio, sendo destas, nove (9) capas, alguns exemplos são: Maior rebelião da história atinge 24 presídios, no dia 19/02/2001; Efeito PCC leva outros Estados a reforçar a segurança, no dia 32/02/2001 e Pacote tenta evitar novas rebeliões em penitenciárias, no dia 03/03/2001.

Nota-se que a cobertura do Estado de São Paulo é expressivamente mais ampla que a do jornal analisado anteriormente no mesmo período, havendo na sua totalidade cento e vinte três (123) notícias vinculadas à sigla do Primeiro Comando da Capital. Devido ao grande número, serão pontuados neste relatório apenas algumas das manchetes que mais se destacam no período. São essas: Resgate de membros do PCC, no dia 21/05/2001; Polícia encontra lista telefônica do PCC no dia 06/06/2001; Líder do PCC é morto por presos em Taubaté, no dia 28/07/2011, fazendo referência a morte de Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, o jornal ainda noticiou a morte outro membro, Jonas, em um caderno interno no dia 29/11 de 2001.

É possível observar algumas semelhanças com o jornal anterior, como a disposição de notícias nos cadernos interno em relação a capa, com maior incidência nos meses seguintes a megarebelião e posteriormente ocupando os cadernos internos, além disso houveram duas capas seguidas, tratando também do caso do sequestro de Eulália. No entanto, observa-se que no jornal O Estado de São Paulo, no período analisado na tabela anterior, o termo “PCC” é presente em todos os títulos das notícias destacadas neste parágrafo, diferentemente do que foi verificado no O Globo.

TABELA 3 - INCIDÊNCIA DO TERMO “PCC” NO JORNAL O GLOBO DE MAIO DE 2006 A MAIO DE 2007.

Mês/Ano	Interno	Capa	Ambos
mai./2006	4	1	5
jun./2006	2	0	2
jul./2006	3	0	3
ago./2006	7	0	7
set./2006	0	0	0

Mês/Ano	Interno	Capa	Ambos
out./2006	6	0	6
nov./2006	0	0	0
dez./2006	0	0	0
jan./2007	0	0	0
fev./2007	0	0	0
mar./2007	0	0	0
abr./2007	0	0	0
mai./2007	0	0	0
Total	22	1	23

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No período de maio de 2006 a maio de 2007, havia a expectativa de que, baseado na comparação entre os dados do O Globo de 2001 contrastados com do O Estado de São Paulo, na mesma época, teríamos um número menor de um jornal em relação ao outro, no entanto, não se esperava uma retração nas menções de um mesmo jornal, como foi de 2001 para 2006, onde, nos números gerais as menções foram de cinquenta e dois (52) para vinte e três (23) no O Globo. Destaca-se a única capa do período, do dia 15/05 de 2006, referente a megarrebelião, com o título “Mortos em SP já são 72 e presos se rebelam em mais dois estados”. Ainda houve, posteriormente cobertura consecutiva do evento por mais quatro dias em cadernos internos, no entanto, as seguintes foram dispersas e de eventos isolados.

TABELA 4 - INCIDÊNCIA DO TERMO “PCC” NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO DE MAIO DE 2006 A MAIO DE 2007.

Mês/Ano	Interno	Cap a	Ambo s
mai./2006	5	13	18
jun./2006	22	5	27
jul./2006	16	12	28
ago./2006	16	11	27
set./2006	12	5	17
out./2006	3	0	3

Mês/Ano	Interno	Cap a	Ambo s
nov./2006	11	2	13
dez./2006	6	4	10
jan./2007	11	1	12
fev./2007	5	2	7
mar./2007	6	3	9
abr./2007	6	0	6
mai./2007	4	1	5
Total	123	59	182

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Nos anos de 2006 a 2007, dentro do O Estado de São Paulo, houve a maior cobertura analisada de todas, totalizando cento e oitenta e duas notícias (182), sendo destas quase um terço, presentes na capa, cinquenta e nove (59), esta cobertura foi ampliada no mês da megarrebelião, com dezoito (18) notícias no mês, treze (13) presentes na capa, no mês

seguinte, se manteve também uma forte cobertura, com vinte e sete (27) notícias, sendo dessas cinco (5) capas. Fazendo um recorte destacam-se algumas notícias ao longo do ano, com os títulos das seguintes capas como "PCC faz 3º onda de ataques e secretário pede exército" em 08/08/2006 que faz parte de a uma sequência de catorze (14) notícias que mencionam o PCC. Ademais, destacam-se 2006; Igreja pede paz por São Paulo do dia 27/08; Mais de 1/3 dos paulistas já foi vítima de assalto do dia 29/08; FHC ataca 'podridão' de Lula e faz autocrítica do dia 08/09; Roubos a banco sobem 39% em São Paulo do dia 22/09; "Tentei ser divertido", diz Lembo na despedida do dia 17/12 e em 2007; Governo estuda nova lei contra atos de vandalismo do dia 03/01; Perícia de grampos pode demorar até quatro anos do dia 11/03; Lotes à venda na Guarapiranga: Tratar com o PCC do dia 25/0.

Destaca-se assim, a partir desta tabela, que o jornal começa a operar com uma lógica mais nítida ao abordar o PCC, mesclando suas notícias que envolvam diretamente o grupo com notícias que dialogam com o cotidiano dos leitores, como ao trazer a fala de FHC em relação a Lula. Observa-se que com os dados levantados, pode-se classificar as menções ao PCC de duas formas, uma em que o jornal narra de forma clara a relação entre o que está sendo transmitido e a facção e outra onde sugere. Por exemplo, dentro das manchetes trazidas aqui

temos coberturas como as dos eventos das rebeliões que poderiam ser colocados como diretos e outros como a insinuação de uma relação do PCC com o Partido dos Trabalhadores. Observou-se também o espaço que o grupo se apresenta no jornal, onde as notícias diretas tendem a aparecer na capa enquanto as indiretas (sugestivas) ocupam os cadernos internos.

Ao mesmo tempo, é necessária uma comparação de cada jornal, houve uma diferenciação entre as abordagens, onde enquanto no O Globo, como já supracitado, teve uma diminuição no volume de menções, no O Estado de São Paulo esse número se intensificou, no entanto, mesmo com um comportamento inverso houveram mais menções ao PCC dentro dos cadernos internos do que nas capas. O que mais se destaca dessa relação é o momento em que o PCC se coloca nos cadernos internos mais intensamente, conforme se distancia das notícias diretas, ou das datas das megarrebeliões. Entende-se que os jornais buscaram dar continuidade ao noticiamento do grupo pela sua relevância, no entanto, as notícias relacionadas a ele variaram, aumentando as notícias indiretas e através do caderno interno. Isso se manifesta muito mais intensamente no Estadão, onde o PCC parece se consolidar como parte dos jornais, sendo mencionado mais de uma vez todos os meses dos dois períodos.

REBELIÕES, MÍDIA E SEGURANÇA PRIVADA

A construção de um padrão na repetição do termo, parece constituir a construção de um discurso pela mídia ou pelo menos permite o maior acesso da população ao tema, no contexto da época, os jornais impressos eram um dos maiores veículos de circulação de informação no Brasil, que mesmo em 2006 ainda não tinha massificado o acesso à internet. Entendendo isso, pode-se compreender a importância dos jornais para a época. Buscando encontrar uma possível relação dos jornais como meio de divulgação sobre o PCC, mais especificamente por meio de “seus perigos”, buscou-se dados acerca do mercado de segurança privada nos períodos citados. Em Cubas (2017), em artigo publicado na Revista de Segurança Pública, encontramos alguns dados interessantes sobre o mercado de segurança privada, entendendo o termo como, “empresas de segurança privada [são as que] vendem serviços de vigilância (guarda-costas e vigilantes) ou equipamentos de proteção” (Cubas, 2017, p. 165). Sobre os dados:

Apesar das dificuldades de acesso a informações relativas ao setor, os números disponíveis apontam que os serviços privados de segurança apresentam um movimento de expansão a partir dos anos 1980, passam por um período de retração em meados dos anos 2000 e iniciam nova expansão em 2007. Entre 1982 e 1993, são expedidos 533 alvarás de funcionamento de empresas em todo o Brasil; de 1994 a 2000, expedidos mais 867 alvarás, totalizando 1.400 empresas (CUBAS, 2005, p. 80). (Cubas, 2017, p. 167).

Esta primeira informação trazida por Cubas, 2017, parece não evidenciar uma relação de melhora do mercado nas datas analisadas, no entanto, quando passamos para uma análise mais minuciosa, de acordo com cada ano temos a seguinte informação:

Em 2004, o número de empresas chega a 2.144, o maior registrado até hoje. Em 2005, tem início uma redução no número de empresas registradas (1.727), que continua em 2006 (1.199). Em 2007, há novo aumento no número de empresas registradas, que passa para 1.296 (POLÍCIA FEDERAL, 2008), chegando a 1.700 empresas em 2010 (SESVESP, 2011). Em 2011, o número salta para 2.053 empresas, no ano seguinte, para 2.282, fechando 2013 com 2.392 empresas (FENAVIST, 2014). Em 2016 são registradas cerca de 2.500 empresas. Em 2013, a Região Sudeste agrega 1.022 empresas, o que corresponde a 42,7% do total autorizado no país (FENAVIST, 2014) (Cubas, 2017, p. 167-8).

Mesmo com um período de retração o auge dos serviços de segurança foi no começo dos anos 2000, período onde temos a primeira megarrebelião, que manteve o mercado aquecido, posteriormente o novo momento em que o mercado se aquece é em 2007, logo após a segunda megarrebelião que acontece em maio de 2006, ou seja, seis meses antes do início do ano. Outro dado interessante que corrobora com os picos do mercado, está nos números levantados em relação apenas aos vigilantes.

Em relação ao número de vigilantes, estudo realizado pelo Ipea em 2009 aponta que entre 1997 e 2007 aumenta (46,4%) o número de trabalhadores ocupados no sistema de segurança no país. Na década de 1990, 61,7% desses profissionais está nas polícias federais e estaduais e nas guardas municipais, enquanto 38,3% atua nos serviços de segurança particulares. Essas proporções mudam para, respectivamente, 54,5% e 45,5% em 2007 (CAMPOS, 2009). Em 2010, há 476.961 vigilantes autorizados pela Polícia Federal no Brasil (FENAVIST, 2014); em 2013, calcula-se entre 625 e 645 mil vigilantes (FENAVIST, 2014). No estado de São Paulo, em 2010, há 147.997 vigilantes, número que já ultrapassa os 117.543 homens das forças policiais militar e civil do estado (SESVESP, 2011) (Cubas, 2017, p. 168).

Novamente nos momentos de crise da segurança pública, vemos uma reação do mercado da segurança privada, agora além das empresas de forma geral vemos, não só o aumento dos profissionais de vigilância, como em 2007, os profissionais da segurança privada superam os públicos. Um sintoma do agravamento das falhas das políticas de segurança pública e aumento do medo da população, onde a partir dos dados apresentados acerca do grande volume de menções ao PCC pelo Estadão, é possível ver uma relação do jornal como meio de propagação deste medo, e fator influente no mercado de segurança privada ao incorporar em seu banco de notícias associações sugestivas a atos do PCC com a intenção de aumentar a relevância do seu produto.

CONCLUSÃO

Após um extenso levantamento de dados e bibliografia acerca do tema, a pesquisa indica alguns pontos importantes de conclusão, o primeiro sobre o comportamento dos jornais, como já indicado, o Globo apresentou menos menções ao PCC do que o Estadão, assim como de 2001 para 2006, suas menções ao grupo diminuíram, um comportamento inverso ao verificado no Estadão, que apresentou uma maior incidência em relação ao O Globo, nos dois períodos, e de 2001 para 2006 aumentou o volume de notícias.

O segundo ponto, nos leva ao objetivo principal da pesquisa, a relação entre PCC, mídia e o mercado da segurança privada, levando em conta os dados levantados fica evidente que houve, ao menos no Estadão, uma ampla divulgação e cobertura dos atos do Primeiro Comando da Capital, o que de fato, não pode ser dito do jornal O Globo. Ao compararmos os dados aqui apresentados sobre a incidência do termo PCC no jornal Estadão com os dados trazidos acerca de empresas de segurança privada, conclui-se que os períodos em que três fatores analisados na pesquisa (mídia, PCC, segurança privada) se cruzam, tanto em dados de 2001 quanto de 2006, uma relação entre a divulgação dos atos produzidos pela facção gera um impacto no mercado de segurança privada.

Entende-se, que os eventos tratados são parte de um movimento que envolve outros aspectos, como o contexto histórico em que está sendo discutido os eventos, questões de cunho econômico e material. Contudo, a pesquisa contribui para evidenciar um dos vários fatores que pôde colaborar com a disseminação das discussões de segurança pública que envolvem o PCC para a população, assim como para a propagação do medo a partir dos atos narrados nas notícias. O trabalho também não tem como intenção censurar ou condenar o conteúdo produzido pelos jornais, respeitando seus contextos históricos e interesses de mercado, no entanto, ressalta a intencionalidade dos editoriais na escolha do conteúdo a ser publicado, não acreditando que suas escolhas foram de forma imparcial. Em suma, identifica-se que o PCC é um fator determinante para o crescimento do mercado de segurança privada e de vigilância, pois é o principal motor da discussão de segurança pública, nos anos em que o mercado se aquece, através da reprodução midiática, aqui representada pelo recorte de dois grandes jornais. Em um segundo momento, com a continuidade da pesquisa e a segunda bolsa PIBIC, a proposta é que esses dados sejam melhor trabalhados e discuta-se a formação do discurso e a construção da criminalidade pela perspectiva da mídia.

RECEBIDO em 19/07/2024
APROVADPO em 12/11/2024

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio; PASINATO, Wânia. **Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada**. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 3, n. 7, p. 51-84, 2010.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. Estudos avançados, v. 21, p. 7-29, 2007.

BATISTELA, Jamila Eliza; AMARAL, Marilda Ruiz Andrade. **Breve histórico do sistema prisional**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 4, n. 4, 2008.

BINOTTO, Beatriz Calvo; DO PRADO, Florestan Rodrigo. **A Evolução do Sistema Prisional Brasileiro e seus Aspectos Gerais**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 16, n. 16, 2020.

CAPRINO, Mônica Pegurer. **Jornalismo impresso: transformações e sobrevivência no século XXI**. Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, v. 13, n. 13, p. 39-54.

CARVALHO, RAISSA HENRIQUE; NORBERTO, Msc Prof Igor Alves. **A Privatização do Sistema Prisional Brasileiro**. 2018.

COSTA, Renata Almeida. **“Midiando” o terror: o caso do PCC no Brasil**. Sistema Penal & Violência, v. 4, n. 1, 2012.

DE SANTIS FELTRAN, Gabriel. **Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011)**. Revista brasileira de segurança pública, v. 6, n. 2, 2012.

DE OLIVEIRA CUBAS, Viviane. **A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo: novas tecnologias e velhos problemas**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 11, n. 2, 2017.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da guerra à gestão: trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo**. Revista Percurso, v. 10, n. 2, p. 79-96, 2009b

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª Edição, São Paulo: Atlas, 2017

NAVES, Nilson. **Imprensa investigativa: sensacionalismo e criminalidade**. R. cej, Brasília, v. 20, p. 6-8, 2003.

ZALUAR, Alba. **Os medos na política de segurança pública**. Estudos Avançados, v. 33, n. 96, p. 5-22, 2019.

ZANETIC, André. **Segurança privada: características do setor e impacto sobre o policiamento**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 3, n. 1, 2009.